

GEOGRAFIA E TRABALHO: UMA LEITURA A PARTIR DAS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS

Alex Tristão de Santana *

santanageoufg@gmail.com

Marcelo Rodrigues Mendonça **

mendoncaufg@gmail.com

INTRODUÇÃO

Compreender o trabalho como categoria de análise na Geografia retrata um esforço voltado não para se reforçar as dicotomias e a fragmentação existente nas diversas áreas do conhecimento científico, mas sim de nos aproximarmos de uma abordagem interdisciplinar. Nosso intuito parte da necessidade de lançarmos na atividade investigativa um outro olhar acerca da realidade, compreendendo os sujeitos sociais, trabalhadores e trabalhadoras, entendidos, quase sempre, apenas como coadjuvantes no processo de pesquisa.

Sendo assim, importante se faz entender o trabalho a partir de sua

totalidade social, ou seja, a partir da relação dialética que unifica o ser social e a natureza, e ontologicamente relacionado ao processo de humanização do homem (THOMAZ JUNIOR, 2002). A partir dessa demarcação teórico-metodológica é possível reconhecer o metabolismo social do capital e seu sistema de regulação social, que subordina o trabalho e os trabalhadores ao seu processo de (re)produção. Por outro lado, isso também nos permitirá perceber que o trabalho ainda é um elemento fundamental na sociedade e que precisa se emancipar das relações capitalistas de produção e das mais diversas formas de exploração subordinadas ao capital.

* Mestrando em Geografia da Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão; Licenciado e Bacharel em Geografia/Campus Catalão/UFG; Membro do GETeM – Grupo de Estudos Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais/Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão.

** Professor Doutor do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão. Membro do CEGeT – Centro de Estudos de Geografia do Trabalho/UNESP/Presidente Prudente. Membro do GETeM – Grupo de Estudos Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais/Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão.

Neste contexto, importante se faz compreender as diversas faces do fenômeno da reestruturação produtiva do capital desencadeado nas últimas décadas, pois seus desdobramentos têm acentuado as transformações espaciais e territoriais. Isso tem provocado mudanças significativas no mundo do trabalho que, em sua maioria, tem sido avassaladoras. Percebe-se de forma mais generalizada o efeito do desemprego, da desterritorialização de milhares de famílias camponesas, da subcontratação e terceirização, da desregulamentação das leis trabalhistas, do aumento do trabalho precário, informal sem carteira assinada etc.

Entende-se que a leitura do ordenamento territorial, marcado pela *contradição viva*, poderá nos mostrar a dimensão dos desdobramentos da dinâmica do capital, fundamentada pela reestruturação produtiva e pela degradação crescente dos recursos naturais e das relações sociais de trabalho. Com essa análise será possível verificar o quanto está sendo emblemática para a classe trabalhadora e para suas instâncias representativas os reflexos da crise do metabolismo social do capital. É com a análise dos rearranjos espaciais e territoriais que será possível entender a dimensão e a envergadura dos desafios colocados para a classe trabalhadora no início do século XXI.

Diante disso, acreditamos que com uma leitura do trabalho a partir das categorias geográficas (espaço, território, paisagem e outras) poderemos fazer do mesmo um tema permanente para essa disciplina. Esse esforço teórico-metodológico se torna fundamental para (re)pensar e (re)construir as ações políticas rumo a superação da sociedade capitalista. É isso que nos propomos a realizar nas páginas seguintes.

A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL E AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO

Desde a publicação do Manifesto do Partido Comunista, Marx & Engels (1848, p. 28) já diziam que “[...] a burguesia não pode existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção; portanto as relações de produção; e assim, o conjunto das relações sociais”.

Compreendendo as características do metabolismo social do capital na contemporaneidade, Mendonça (2004), com referência em I. Mészáros, diz que a “natureza civilizatória” do capital vem sendo substituída por uma crescente destrutividade que permeia suas ações auto-expansivas. Como estratégia para sua (re)produção, o capital, veio adotando ao

longo de sua história uma “linha de menor resistência”, para assim manter seu padrão de acumulação. Entende-se, diante disso, que não é outro o sentido do atual processo de reestruturação produtiva.

Nesta perspectiva, Antunes (2001) retrata que o capital desenvolve uma verdadeira separação entre a produção voltada exclusivamente para suprir as necessidades da humanidade e para suprir suas próprias necessidades.

Quanto mais aumentam a competição e a concorrência inter-capitais, mais nefastas são suas conseqüências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal subordinada aos parâmetros do capital e do sistema produtor de mercadorias. (ANTUNES, 2001, p. 26)

Indubitavelmente, os efeitos dessas mudanças vivenciadas pelo capitalismo nas últimas décadas atingem profundamente o mundo do trabalho, ainda que estejam sendo escamoteadas pelo discurso dos agentes hegemônicos da economia mundial. Assim, para termos maior clareza sobre esse processo é importante compreender as diversas faces da reestruturação produtiva capital.

David Harvey (1989) faz relevantes considerações a respeito das mudanças enfrentadas pelas economias capitalistas

avanzadas após a década de (19)70, particularmente pelos Estados Unidos com as mudanças no regime de acumulação fundamentado no fordismo/taylorismo. Para o autor a crise vivenciada pelo capitalismo em 1973 levou o sistema produtor de mercadorias a significativas transformações, desencadeando um fenômeno chamado por ele de “acumulação flexível”. A citação abaixo é elucidativa:

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado setor de serviços, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a “Terceira Itália”, Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados). Ela também envolve um novo movimento que chamarei de “compressão do espaço-tempo” no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação

via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado. (HARVEY, 1989, p. 140).

Diferenciando-se das abordagens que vêm nessas transformações a passagem para novos e distintos regimes de acumulação (como, por exemplo, segundo Antunes (1995), a tese da “especialização flexível” de Piori e Sabel) e, ou até mesmo das abordagens que acreditam que nada mudou na base produtiva da economia capitalista, Harvey (1989) argumenta que,

[...] A insistência de que não há nada essencialmente novo no impulso para a flexibilidade e de que o capitalismo segue periodicamente esses tipos de caminhos é por certo correta (uma leitura cuidadosa de *O Capital* de Marx sustenta essa afirmação) [...]. Mas considero igualmente perigoso fingir que nada mudou, quando os fatos da desindustrialização e da transferência geográfica de fábricas, das práticas mais flexíveis de emprego do trabalho e da flexibilidade dos mercados de trabalho, da automação e da inovação de produtos olham a maioria dos trabalhadores de frente. (HARVEY, 1989, p. 178-179).

Nesse sentido, destaca-se a abordagem de Antunes (1995) em que salienta, sobre o contexto da reestruturação produtiva do capital, o toyotismo, como modelo de organização da produção e controle da força de trabalho, surge com o caráter mais universalisante. Seus desdobramentos atingem fortemente o mundo do trabalho.

Assim o autor caracteriza seus traços constitutivos básicos: produção voltada a partir da demanda e para as necessidades de mercado; a produção sustenta-se na existência do estoque mínimo; o *just in time* garante o melhor aproveitamento possível do tempo; o *kanban*, sistema importado dos supermercados americanos, à medida que se inverte o processo, ganha sentido estratégico, uma vez que é do final, após a venda, que se inicia a reposição de estoques.

Toda essa nova dinâmica do modelo produtivo japonês requer uma maior flexibilidade, tanto dos processos quando da força de trabalho. Assim, Antunes (1995) ainda nos remete a outros elementos essenciais, como: maior flexibilização dos processos produtivos para atender as individualidades do mercado; a exigência de trabalhadores “polivalentes” que possam realizar o trabalho em equipe; para atender a produção flexível, a mão-de-obra também deve ser flexível, assim como os direitos trabalhistas, de forma a combinar um número pequeno de trabalhadores estáveis, que realizam muitas horas-extras, com o trabalho temporário e subcontratado; a existência dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), mecanismo fundamental que faz o trabalho ser realizado em equipe e a produção a ser controlada pelos próprios trabalhadores; e

ainda pode-se citar o sindicalismo de empresa, o emprego vitalício etc.

Contudo, diante dessas tendências, Antunes (1995, p. 33) diz que a questão mais pertinente neste momento não é afirmar qual sistema produtivo estaria prevalecendo, mas, sim, interrogar “[...] em que medida a produção capitalista realizada pelo modelo toyotista se diferencia essencialmente ou não das várias formas existentes de fordismo”. Sem dúvida essa é uma tarefa para as futuras pesquisas, essenciais para se compreender essa nova dimensão da sociabilidade do capital.

Vale lembrar, entretanto, que o resultado dessa processualidade da economia capitalista no final do século XX e início do século XXI, tem provocado uma verdadeira metamorfose no mundo do trabalho. Percebe-se, grosso modo, mudanças nas formas de inserção dos trabalhadores nos processos produtivos, bem como, nas suas instâncias de representação política e sindical. Na verdade o capital tem operado uma verdadeira ofensiva contra o trabalho, no intuito de aumentar o controle social e garantir seu projeto de dominação. (ANTUNES, 1995; BIHR, 1998).

O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do *desemprego estrutural*, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma *processualidade contraditória* que, de um

lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho *precário* e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos [...]. (ANTUNES, 1995, p. 42, grifos do autor).

Os rebatimentos dessas transformações nos territórios se dão de forma diferenciada, de acordo com o grau de desenvolvimento da luta de classes. Contudo, a posição do Brasil no cenário da economia mundial o coloca em uma condição subalterna, onde grande parte dos trabalhadores, expulsos do campo com o processo de modernização da agricultura, vivenciam condições de trabalho extremamente precárias tanto no campo como na cidade. (THOMAZ JUNIOR, 2002).

Diante disso, não podemos esquecer que a expansão do capital se dá segundo uma lógica desigual e combinada, e que os desdobramentos do processo de reestruturação produtiva estão se manifestando de forma extremamente negativa para os trabalhadores. Para nós, geógrafos, a investigação das transformações espaciais e territoriais implementadas a partir da reestruturação produtiva se torna primordial para compreendermos a dinâmica do mundo do trabalho na atualidade. Somente assim é que será possível pensar em novas ações rumo à superação da sociedade capitalista.

TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS E A RELAÇÃO CAPITAL X TRABALHO

Entendido a partir do olhar geográfico, tal como estamos propondo aqui, o trabalho constitui-se como elemento fundamental para as atividades humanas. Nesta perspectiva ontológica, ele não só vai intermediar as relações entre o homem e o meio, como também vai ser o fator essencial que diferencia o homem dos outros animais. Com isso, o trabalho está intimamente relacionado ao processo de humanização do homem.

Assim, é possível reconhecer o metabolismo social do capital, as transformações espaciais, o ordenamento territorial e a *contradição viva* expressa na ação voltada para a (re)produção do valor. Cabe-nos então compreender as diversas formas assumidas pelo trabalho na contemporaneidade enquanto desdobramento do movimento de (re)produção do capital e *desvendar* que, apesar de *fragmentado, complexificado e heterogeneizado*¹, o trabalho constitui-se ainda como elemento fundamental para a humanidade (MENDONÇA, 2007).

Sendo assim, para Thomaz Junior (2002), seja na relação homem-meio, nas diversas formas de apropriação e relação com a terra e com os recursos naturais, ou na organização espacial, marcada pelas

diferentes formas de se organizar política, econômica e socialmente, o trabalho transforma permanentemente a dinâmica sócio-espacial. Para o autor, o espaço geográfico é a categoria fundamental para se compreender o mundo do trabalho, pois ele pode ser entendido “[...] como uma das características do fenômeno, e da rede de relações categoriais/teóricas/escalares, ou seja, a paisagem, o território e o lugar de existência dos fenômenos, num vai e vem de múltiplas determinações”. (THOMAZ JUNIOR, 2002, p. 5).

Mendonça (2007), nesse contexto, coloca a necessidade de uma relação da Geografia com o trabalho e com as possibilidades criadoras, emanadas dos movimentos sociais. É a partir da *contradição viva* (territorializada mediante os elevados índices de produtividade e, paralelo, aos impactos sócio-ambientais e a degradação das relações sociais de trabalho) que será possível perceber a apropriação do espaço, portanto, a produção dos territórios. A análise dos (re)arranjos territoriais será a base para se perceber as transformações no mundo do trabalho, implementadas com a reestruturação produtiva do capital. Acreditamos que assim será possível potencializar as ações emancipatórias dos trabalhadores encimadas em ações políticas (re)construídas e (re)inventadas.

Nesse sentido é importante perceber que há uma lógica na produção do espaço

¹ Mais detalhes ver Antunes (1995).

geográfico. Para Santos (1994), o espaço geográfico pode ser entendido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Os objetos em si não podem ser entendidos desvinculados das ações e essas, por sua vez, só podem ser realizadas mediante os objetos. Frente a isso, Santos (1994) nos diz que os objetos e as ações na contemporaneidade, cada vez mais artificiais, expressão de uma lógica técnico-científica, estão voltados para a produtividade, comandados, principalmente, pelos agentes hegemônicos, representantes dos interesses do capital transnacional.

Esses referenciais nos colocam diante da necessidade de pensar o ordenamento territorial e como que as transformações no espaço geográfico materializam a nova lógica da (re)produção do capital, pautada na reestruturação produtiva e na sua dinâmica voltada para a degradação ambiental e precarização das relações sociais de trabalho. Para tanto, é importante compreender, como Santos (1994), que o território em si não nos interessa como uma categoria de análise, o território usado sim. E isso requer compreender que atualmente o território não é apenas transnacional, mas também é local, é habitado e é espaço humano. Pode ser, e é usado de diversas formas. A noção de território herdada da modernidade, cujo Estado-Territorial era o paradigma fundador, não é mais capaz de

fundamentar o entendimento do território atualmente. Esse é o desafio das futuras investigações.

No mesmo sentido, importante se faz perceber que a apropriação do espaço, portanto, a produção dos territórios nos remete a uma questão de poder, expressa nas ações dos diversos atores/sujeitos em disputa no território (RAFFESTIN, 1993). Nesta abordagem, o espaço é visto como anterior ao território. “O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível”. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Acreditamos então que é a partir da análise do território, marcado pela *contradição viva*, que será possível perceber as transformações no mundo do trabalho e os futuros desafios para a classe trabalhadora. Portanto, vale lembrar que nas últimas décadas as transformações desencadeadas a partir da crise da sociabilidade do capital vêm redefinindo drasticamente as bases tradicionais da luta de classes. A territorialidade da relação capital x trabalho da época fordista foi profundamente alterada deixando as instituições e órgãos de representação da classe trabalhadora profundamente atordoadas.

Diante disso é importante compreender a dinâmica espacial e a materialização da relação capital x trabalho,

impulsionada pela reestruturação produtiva e pelas novas e precárias relações de trabalho. No final do século XX, a crise no padrão de acumulação capitalista veio provocando transformações espaciais significativas. Este momento é marcado pela exigência de uma nova matriz espacial que fosse capaz de atender as demandas da economia mundial e do capital financeiro transnacional (MOREIRA, 2003).

Para Mendonça (2004), cada forma de apropriação do espaço, produção dos territórios, corresponde a uma matriz espacial, responsável pela materialização das formas de reprodução vigentes. Para o autor, atualmente o paradigma para a interpretação do padrão espacial é o *novo imperialismo*, responsável por uma matriz espacial hierárquica, marcado pelo desenvolvimento desigual e combinado.

A crise do padrão de acumulação vivenciada pelo capitalismo após a década de 1970, que reinventou formas de regulamentação via reestruturação produtiva do capital, propiciou uma nova matriz espacial, pois a matriz espacial precedente, construída durante o fordismo/taylorismo, entrou em choque com os interesses dos grandes grupos transnacionais, ansiosos pela destruição das fronteiras construídas pelo capitalismo no seu alvorecer, mas, condição para a sua crise na atualidade. (MENDONÇA, 2004, p. 84).

O capital financeiro se lança na busca de novas transações comerciais exigindo,

cada vez mais, espaços globalizados, interligados e colocados sob seu comando. A implementação de novos objetos técnicos no espaço dá suporte às redes da economia mundial que se sobrepõe aos territórios nacionais, exigindo a eliminação das fronteiras à livre circulação do capital. Os desdobramentos dessa processualidade são significativos e provocam intensas transformações sócio-espaciais, com reflexos extremamente negativos para o mundo do trabalho (HARVEY, 1989; ANTUNES, 1995; THOMAZ JUNIOR, 2002).

Diante disso, percebe-se a atribuição de novas funções aos Estados nacionais. As fronteiras são vistas agora como obstáculos a reprodução do capital, que inaugura, por sua vez, outro patamar de relações comerciais globais. Os rebatimentos políticos e econômicos para os trabalhadores são significativos, pois a território é bruscamente (re)construído (MENDONÇA, 2004). O Estado brasileiro, para atender as demandas do capital financeiro transnacional, principalmente após a eleição em 1989, se lançou em uma política neoliberal, implementando a estratégia das privatizações e da desregulamentação, deixando os interesses nacionais de lado.

Neste contexto, sobretudo após a década de (19)90, as empresas nacionais e multinacionais territorializadas no país, para se adequar a nova dinâmica da

concorrência capitalista, implementaram o pacote da reestruturação produtiva, com todas as suas conseqüências para os trabalhadores.

Além da desconcentração industrial, do desemprego estrutural, da desterritorialização de milhares de famílias camponesas, da precarização das condições de trabalho no campo e na cidade, da subproletarização, do crescente processo de urbanização etc., esse período no Brasil é marcado por um verdadeiro retrocesso na luta e na organização sindical. Grande parte do movimento sindical que surgiu no final da década de (19)70 e início da década de (19)80, responsável por avanços significativos na organização dos trabalhadores, é solapado no decorrer da década de (19)90. De uma política que questionava as contradições da economia capitalista, que lutava por avanços e maiores garantias na legislação trabalhista no país, o movimento sindical brasileiro neste período é marcado por uma estratégia de consenso com o capital, onde o sindicalismo de resultados da Força Sindical e as “Câmaras Setoriais” implementadas pelos sindicatos filiados à CUT no ABC paulista são os melhores exemplos. (ANTUNES, 1995; SOARES, 1998).

Neste contexto, a classe trabalhadora passa por profundas transformações provocadas pelo processo de reestruturação produtiva do capital. Como

vimos anteriormente, o capital agora opera numa lógica aparentemente contraditória, onde se tem, de um lado, a redução do trabalho estável e, de outro, a ampliação do trabalho subcontratado, precarizado, em tempo parcial etc. Além disso, o desemprego se torna preocupante e a incorporação do trabalho feminino complexifica ainda mais as relações de gênero e a consciência de classe. Diante disso, não é mais possível compreender a classe trabalhadora a partir do *chão de fábrica*.

Para Thomaz Junior (2002), que vem estudando as transformações no mundo do trabalho por um viés geográfico, é preciso repensar e ampliar o conceito de classe trabalhadora, pois atualmente devemos considerar:

[...] a) o conjunto dos trabalhadores que vivem da sua força de trabalho; b) aqueles que mesmo se garantindo com certa autonomia em relação à inserção no circuito mercantil, como os camelôs; c) os trabalhadores proprietários ou não dos meios de produção e inclusos na informalidade, como as diferentes modalidades do trabalho familiar na agricultura e que são inteiramente subordinados ao mando do capital; d) da mesma forma, os camponeses com pouca terra e que se organizam em bases familiares; e) o conjunto dos trabalhadores que lutam por terra, inclusive os camponeses desterrados, posseiros, meeiros e; f) todos os demais trabalhadores que vivem precariamente junto às suas famílias, da produção e venda de artesanatos, pescados, etc. (THOMAZ JUNIOR, 2002, p. 9)

Sendo assim, é a partir da investigação do ordenamento territorial resultante dessa processualidade que será possível entender os impactos da reestruturação produtiva do capital para o mundo do trabalho. Entende-se que a Geografia poderá dar uma significativa contribuição nesse sentido. Esse exercício certamente nos proporcionará uma melhor compreensão acerca do fenômeno, dando subsídios para se (re)pensar as ações implementadas pela classe trabalhadora rumo a ruptura da histórica submissão ao controle do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade contemporânea, movida pelo metabolismo social do capital, se vê frente a mudanças significativas em sua forma de produzir, em sua relação com a natureza, em suas relações sociais etc. Os desdobramentos espaciais dessa dinâmica, marcada por uma “lógica destrutiva”, nos coloca em alerta para compreender os impactos desse fenômeno nos territórios.

Para os geógrafos, a compreensão do espaço não pode se dar de forma isolada da relação existente entre os recursos naturais e as necessidades humanas. O capital quando altera essa relação, com o intuito de manter sua regulação social e sua lógica (re)produtiva, também transforma todo o conjunto das relações sociais e conseqüentemente o mundo do trabalho.

Portanto, será a leitura do ordenamento territorial resultante dessa processualidade que nos permitirá compreender o metabolismo social do capital, marcado pelo processo de reestruturação produtiva e por uma crescente degradação ambiental e precarização das relações de trabalho. Com isso, se torna fundamental realizar uma leitura do território a partir da *contradição viva*.

Nesse sentido, a compreensão das transformações espaciais e territoriais nos permitirá perceber os reflexos da crise estrutural do capital, marcada por uma verdadeira ofensiva sobre o mundo do trabalho. Como desdobramento, é possível identificar a desregulamentação e flexibilização da legislação trabalhista, o desemprego estrutural, a subproletarização/terceirização, o trabalho precário (que se manifesta em várias partes, como o trabalho imigrante, domiciliar, informal, em tempo parcial, sem carteira e registro de trabalho etc.) e a grave crise do movimento operário e das entidades representativa da classe trabalhadora (sindicatos, partidos políticos, associações etc.).

Neste contexto, se coloca como necessidade premente compreender os rebatimentos do processo de reestruturação produtiva sobre a classe trabalhadora. Somente assim será possível (re)pensar e (re)inventar ações políticas,

bem como, novas formas de se superar a sociabilidade do capital. *Eis o desafio*.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3º ed. Campinas-SP: Cortez, 1995. 200 p.

_____. **Os sentidos do trabalho:** ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 4º ed. São Paulo-SP: Boitempo, 2001. 258 p.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa:** o movimento operário europeu em crise. São Paulo – SP: Boitempo, 1998. 287 p.

BOTELHO, Adriano. Reestruturação produtiva e produção do espaço: o caso da indústria automobilística instalada no Brasil. **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo, n. 15, p. 55-64. 2002.

CARVALHAL, Marcelo Dornelis. O engendramento da crise do capital nas redefinições do mundo do trabalho e na reconfiguração territorial. **Revista Pegada**. Presidente Prudente, v. 2, n. 2, outubro de 2001. Disponível em: <<http://www2.prudente.unesp.br/ceget/pegada/>>. Acessado em: dez/2005.

_____. Trabalho, sindicatos e gestão territorial da sociedade. **Revista Pegada**. Presidente Prudente, v. 1, n. 1, outubro de 2000. Disponível em: <<http://www2.prudente.unesp.br/ceget/pegada/>>. Acessado em: dez/2005.

CHAVEIRO, E. F. **Goiânia, uma metrópole em travessia**. 2001. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ENGELS, F. **A origem da família da propriedade privada e do estado**. São Paulo: Escala (Coleção grandes obras do pensamento universal). 190 f.

GRACIOLLI, Edilson José. **Privatização da CSN:** da luta de classes à parceria. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 360 p.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado:** para além do socialismo. Tradução A. R.Viana e S. G. de Paula. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes; RIBEIRO, Rosana. A nova fronteira industrial do Sudeste de Goiás. **Revista MultCiência**. Campinas, nº 08, 2006. Disponível em: http://www.multiciencia.unicamp.br/artigos_06/rede_2.pdf. Acessado em out/2008.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1993. 349 p.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização:** da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 231p.

LUNA, Sérgio Vasconcelos. **Planejamento de pesquisa:** uma introdução, elementos para uma análise metodológica. São Paulo: EDUC, 2000. 108 p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista (1848)**. Porto Alegre: L&PM, 2001. 131 p.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 458 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente. Presidente Prudente-SP, 2004.

MITSUBISHI pára por um dia. **Jornal Diário de Catalão**, Catalão, p. 07, terça-feira, 04 de abril de 2006.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues et al. **Diagnóstico e monitoramento sócio-ambiental da cidade de Catalão (GO) e do entorno**. 2005. 431 f. Monografia e Relatório de Pesquisa – Curso de Geografia, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2005.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Geografia e trabalho: leituras do território a partir da *contradição viva*. X EREGEO SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOGRAFIA, 06 a 09 de setembro, 2007, Catalão. **Anais**. Catalão: AGB, 2007. p. 1 – 23.

MOREIRA, Ruy. Os quatro modelos de espaço-tempo e a reestruturação espacial brasileira. **A reestruturação industrial e espacial do estado do Rio de Janeiro**. Niterói, 1º ed. NERET/NEGT/GECEL – UFF. 07-28, 2003.

_____. **O movimento operário e questão cidade campo no Brasil: estudo sobre sociedade e espaço**. Petrópolis: Vozes, 1985.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política**. Tradução W. C. Brant. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PAJERO Sport produzida em Goiás chega ao mercado. **Jornal O Popular**, Goiânia, Economia, domingo, 19 de março de 2006.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

SANTANA, Alex Tristão de; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. *Mitsubishi Motors em Catalão (GO): um olhar sobre as relações sociais de trabalho*. XIV ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 16 a 21 de julho, Rio

Branco. **Anais**. Rio Branco: AGB Rio Branco, 2006a. p. 1 – 13.

SANTANA, Alex Tristão de; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Territórios em disputa: A *Mitsubishi Motors Company* e o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Catalão-Goiás-Brasil-rumo a unicidade orgânica do trabalho. VII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 20 a 25 de novembro, Quito. **Anais**. Quito: Alasru, 2006b. p. 1 – 20.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 15-20.

SANTOS, Milton et al. **Território territórios**. Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPEGEO – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002.

SILVA, Ângela Maria; PINHEIRO, Maria Salete de Freitas; FREITAS, Nara Eugênia de. **Guia para normalização de trabalhos técnico-científicos: projetos de pesquisas, monografias, dissertações e teses**. 4ª ed. Uberlândia-MG: Edufu, 2004. 157 p.

SILVA, Ronaldo da. **A implantação da Mitsubishi em Catalão: estratégias políticas e territoriais da indústria automobilística nos anos 90**. 2002. 198 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais. Goiânia 2002.

STACCIARINI, José Henrique Rodrigues et al. **Produção e testagem de materiais didáticos sobre aspectos históricos e impactos sócio-ambientais da cidade de Catalão (GO): para a primeira fase do**

ensino fundamental. 2005. 118 f. Projeto de Extensão – Curso de Geografia, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2005.

SOARES, José de Lima. **Sindicalismo no ABC Paulista: Reestruturação Produtiva e Parcerias**. Brasília: Outubro – Centro de Educação e Documentação Popular, 1998. 356 p.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Por uma geografia do trabalho. **Revista Pegada**. Presidente Prudente-SP, v. 3, Número Especial, p. 4-26, ago. 2002.

_____. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da 'leitura geográfica'. **Revista Pegada**. Presidente Prudente-SP, v. 3, 20 p., out. 2002. Disponível em: <<http://www2.prudente.unesp.br/ceget/pegada/>>. Acessado em: dez/2005.

TRABALHADORES param fábrica da Mitsubishi. **Jornal O Popular**, Goiânia, Economia, p. 14, terça-feira, 25 de abril 2006.

MENDONÇA, M. R., SANTANA, A. T. de. Geografia e Trabalho: uma leitura a partir das transformações territoriais. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, vol. 10, n. 2, 31 dezembro 2009. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/ceget/pegada102/07tristao1002.pdf>>. Acesso em: __.__. 20__.